

REVISTA 
PORTUGUESA
 de HISTÓRIA
tomo XXV 



 COIMBRA 1990
FACULDADE de LETRAS 
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

A INDÚSTRIA CERÂMICA EM AVEIRO (FINAL DO SÉC. XIX —INÍCIO DO SÉC. XX)

CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO (*)

O estudo da nossa industrialização, a execução da sua cartografia e a global avaliação das suas vicissitudes, passam pela realização de inúmeras monografias, como salienta José Amado Mendes: «*Metodologicamente*, há que dar maior relevo à elaboração de *monografias* — por ramo de indústria, área ou localidade —, bem como se devem completar as monografias «gerais» — sobre localidades, zonas ou áreas específicas —, com aspectos concernentes à indústria, tão frequentemente esquecidos» (2). É que, «com os progressos alcançados pela historiografia da temática industrial, começaram a notar-se mais claramente as insuficiências do quadro nacional para se obter uma compreensão satisfatória do fenómeno [da industrialização], acentuando-se a tendência para focar mais atentamente os contextos regional, local e mesmo da própria empresa. Essa perspectiva, que saiu reforçada do Colóquio de Lyon sobre a industrialização (realizado de 7 a 10 de Outubro de 1970), continua actualizada em nossos dias» (3).

A realização dessas monografias impõe a utilização de uma grande multiplicidade de fontes, «desde a imprensa, inclusive a local e regional, as escrituras notariais e, sempre que possível, a documentação dos próprios arquivos empresariais», para além dos «vestígios materiais — edifícios, chaminés, maquamismos e

(0 Este texto é uma versão preliminar de um trabalho monográfico mais vasto, em preparação, sobre a Indústria Cerâmica em Aveiro.

(2) José Amado Mendes, «A indústria portuguesa no séc. xix», *Prelo*, Lisboa, 1985, n.º 7, p. 30.

(3) *Idem*, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, 1984, pp. 3-4.

sítios de instalação de antigos estabelecimentos industriais, como a «jovem» *Arqueologia Industrial* tem demonstrado» (4), e muitas outras a não subestimar, como as fontes iconográficas e as fontes orais (5).

Contudo, o acesso e a utilização das fontes respeitantes à indústria, nos seus mais variados aspectos, são dificultados por razões de índole diversa (6). Os arquivos empresariais, conjuntos de extraordinária importância para o estudo da indústria, ou já não existem, ou correm um «risco de destruição muito mais elevado do que a documentação do Estado, [porque] nada obriga uma instituição privada a guardar a documentação antiga, que perdeu qualquer função para si, [pelo que] há que criar um ambiente propício à sua oferta ou venda aos arquivos» (7). A inexistência, à escala nacional, de inventários de fontes para a época contemporânea, particularmente no que respeita à indústria, tem criado enormes dificuldades ao desenvolvimento dos estudos nesta área, para além de reflectir de uma forma clara o «prolongado desinteresse pelos séculos xix e xx do meio historiográfico português, que perdurou até muito recentemente» (8). A situação dos arquivos oficiais, públicos, empresariais e particulares, a sua inacessibilidade e a ausência de inventários e roteiros são testemunho do que acabo de afirmar. E a situação está longe de ser exclusiva da época contemporânea. José Mattoso refere que «em Portugal, se torna necessário, de cada vez que se pretende proceder a uma investigação minimamente segura, começar por realizar inventários arquivísticos, estabelecer bibliografias, reconstituir a história ins-

(4) Vide *supra*, nota 2.

(5) Sobre o valor das fontes orais, vide Paul Thompson, «A história oral e o historiador», *O estudo da história*, Lisboa, 1986, n.º 2 (II Série), pp. 49-57.

(6) A falta de uniformidade de critérios na realização dos inquéritos e estatísticas conhecidos, além de não permitirem comparar dados, dificilmente permitirão construir índices dos produtos a nível regional. (Cfr. David Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, Lisboa, 1989, vol. II, p. 147).

(7) Miriam Halpern Pereira, *apud* José Amado Mendes, «Património das Empresas, Património Cultural», *Munda*, Coimbra, 1989, n.º 18, p. 62.

(8) Joel Serrão *et al.*, *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, 1984, vol. I, p. 15.

titucional, utilizar dicionários com mais de cem anos, recorrer a documentos originais por falta de edições críticas...» (9), o que o leva a não «censurar os adeptos de uma escola neopositivista que surgiu muito recentemente entre nós» (10*).

Este texto, modesto contributo para o estudo da indústria cerâmica, cinge-se, *grosso modo*, ao concelho de Aveiro, abrangendo apenas, e sucintamente, o breve período que medeia entre os anos 80 do século passado e a primeira década do século xx. Esta opção ficou a dever-se ao facto de ter sido neste período que se instalaram, na região de Aveiro, as mais importantes unidades fabris do sector cerâmico. Justifica-se assim a exclusão das oficinas de oleiros, bem como das unidades fabris, de maiores ou menores dimensões, criadas nas segunda e terceira décadas deste século.

1. A ACTIVIDADE CERÂMICA EM AVEIRO ATÉ 1882 — BREVE RESENHA

Até ao século xviii os testemunhos da actividade cerâmica na região de Aveiro parecem ser escassos. Marques Gomes refere que «no arquivo municipal, ao contrário do que sucede em Coimbra e em outros centros cerâmicos do paiz, não ha o minimo vestigio dela. Nem posturas, nem regimentos, nem arruamentos, nem cartas de officio, licenças para venda e respectivas taxas respeitantes á olaria ali existem» (n). Faltam as fontes manuscritas, mas existem, diz o mesmo Autor, «obras impressas de valor com referências muito aproveitáveis» (12), e indica-as: *Crónica da Provinda da Soledade*, de Fr. Francisco de S. Tiago; *Mapa de Portugal*, de João Baptista de Castro; *Descrição de Portugal*, de Duarte Nunes de Leão, transcrita e acrescentada pelo P.º António de Vasconcelos.

José Queiroz, na *Cerâmica Portuguesa* (13), diz que «como região cerâmica, Aveiro deve ser uma das mais antigas de Por-

(9) José Mattoso, *A escrita da História. Teoria e métodos*, Lisboa, 1988, p. 110.

(10) *Ibidem*.

(n) Marques Gomes, «Cerâmica Aveirense — I. 1487-1922», *Campeão das Provindas*, n.º 6795, 1922-05-27, p. 2.

(12) *Ibidem*.

(13) José Queiroz, *Cerâmica Portuguesa*, Lisboa, 1907, pp. 176-177.

tugal.» O estabelecimento das primeiras olarias data do século xv. O Bairro das Olarias deve o nome a esse facto. Deste bairro «encontra-se noticia em diferentes documentos do archivo municipal...» (14) e na *Corographia Portugueza*, do P.^e Carvalho da Costa (15).

As referências à actividade dos oleiros aveirenses, proficientemente arroladas por Marques Gomes e Rangel de Quadros, permitem divisar dois grandes períodos, até aos finais do século xix. Assim, parece ter sido relativamente intensa a produção de objectos de barro vermelho (desde a cerâmica de uso doméstico à de construção, sem esquecer as figurinhas de barro dos presépios de conventos e capelas particulares), até ao início de Oitocentos, e de evidente apagamento durante esta centúria. Marques Gomes, procurando perceber os motivos dessa «diminuição de importância», encontrou justificação bastante na «invasão franceza em 1808 e [na] concorrência que principiaram a fazer ás olarias outras fabricas do mesmo genero que por essa epocha se estabeleceram em diferentes pontos mais ou menos visinhos d'Aveiro, e outras causas hoje ignoradas» (16).

Acúrsio das Neves, além das 18 ferrarias, no início do século xix, dá noticia da existência de uma fábrica de louça em decadência, propriedade de Custódio Ferreira da Silva e Companhia (17). Não se refere à Fábrica do Cojo, cuja fundação data, segundo Rangel de Quadros, de «1774 ou 1775 [porque] no forno lia-se «1775/ANTONIO RODR^s DOS ST^{OS}»(18). Essa omissão terá levado Marques Gomes a afirmar, peremptório, que, «em Aveiro, até 1882 não houve senão uma fabrica de louça vidrada, que foi a do Cojo, fundada em 1775, na Quinta que então tinha esse nome.

(14) Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos, *Exposição Distvictal de Aveiro em 1882. Reliquias da arte nacional*, Aveiro, 1883, p. 39.

(15) António Carvalho da Costa, *Corographia Portugueza...*, 2.^a ed., Lisboa, 1868, vol. II, p. 66. Esta obra é também indicada no texto de Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos referido na nota anterior.

(16) Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 39.

(17) José Acúrsio das Neves, *Obras completas*, vol. 3, *Variedades*, tomos I e II, Lisboa, s. d., pp. 251-252.

(18) Rangel de Quadros, *Aveiro — Apontamentos avulsos collegidos em diversas epochas e principiados a ser aqui copiados em 1911*, p. 106. Trabalho manuscrito de 1911 a 1916. Fotocópia existente na Biblioteca Municipal de Aveiro.

A fábrica do Cojo e a de Custodio Ferreira da Silva & C.^a, que o José de Queiroz [*Cerâmica Portuguesa*, pp. 179-181] apresenta como sendo dois estabelecimentos diferentes, são uma e a mesma cousa e terminou a sua laboração em 1907» (19). «Em 1790, José Rodrigues Branco de Mello e Sampaio, proprietário (e creio, que principal fundador) da fabrica de Loiça branca, estabelecida no sitio do Cojo d'esta Cidade, e da qual era administrador Bento João Ferreira de Souza» (20), requereu a D. Maria I «regia protecção, como tinham sido outras fabricas da mesma natureza» (21). A mesma fonte, sem referir o número de trabalhadores, refere «muitas pessoas n ella empregadas» e que os seus produtos tinham largo consumo no concelho de Aveiro. «Em 20 de Abril, a Soberana, conformando-se com [o despacho favorável da Junta dG Comércio de 15 de Abril desse ano] houve por bem conceder á dita Fabrica a graça de a izentar de direitos, por entrada nas Alfândegas d este Reino» (22). Uma planta da cidade de Aveiro, de finais do século xviii, existente no Museu de Aveiro, indica a situação desta fábrica de louça, referindo-a na legenda (23).

Esta fábrica, depois de ter pertencido «a diversas famílias, — continuo a seguir Rangel de Quadros — foi arrendada a João dos Santos Silva, conhecido como João do Barro, o Fulas e o Camarão» (24). Pedro António Marques, «carrista e pintor de

(19) Marques Gomes, «Cerâmica Aveirense — I. 1487-1922», *Campeão das Provindas*, 1922-05-27, p. 2.

(20) Rangel de Quadros, *op. dt.*, p. 107. Este Autor segue o texto do «Registo da Provisão de graça concedida a Fabrica de louça branca erecta nesta cidade de que he Proprietario José Rodrigues Branco de Mello, e Admenistrador Bento José Ferreira de Sousa», de 30 de Março de 1792 (Arquivo Histórico Municipal de Aveiro (AHMA), *Tombo e registo das leis e mais ordens de S. Magestade*, 1759, liv. 1682, fis. 514-515).

(21) *Ibidem*.

(22) Rangel de Quadros, *op. dt.*, pp. 107-108.

(23) *Vide* Ferreira da Cunha e Sousa, «Memória de Aveiro no séc. xix», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1940, vol. vi, p. 85; Domingos Mauricio Gomes dos Santos, na legenda da planta referida, situa erradamente esta fábrica (*O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, Lisboa, 1963, vol. i, fig. 4).

(24) Rangel de Quadros, *op. dt.*, pp. 109-110. Em 1856, a propósito da construção de um teatro no edificio da fábrica, a imprensa local diz ser seu proprietário João da Silva (*O Campeão do Vouga*, n.º 433, 1856-07-09, p. 2; *Idem*, n.º 439, 1856-07-30, p. 3). Seria o mesmo individuo referido por Rangel de Quadros?

alguma habilidade, conhecido por Pedro Serrano» (25), foi depois seu proprietário até 5 de Dezembro de 1890, data do seu falecimento (26).

Referem-se também a este estabelecimento fabril outras fontes mais conhecidas, de finais de Oitocentos e início deste século, dando todas testemunho da sua então reduzida dimensão económica. A *Memória de Aveiro no século XIX* diz que esta «fábrica que existia na quinta do morgado de Vagos, não teve alteração alguma» até findar do século (27). O *Inquérito Industrial de 1881* (28) dedica-lhe uma escassa dúzia de linhas, dizendo mesmo ser «um estabelecimento de pouca importância», tendo apenas 4 trabalhadores e uma produção reduzida de produtos de baixo preço, «de seguro consumo entre as classes pobres» (29).

Joaquim de Vasconcelos, em 1884, já não lhe faz referência (30), possivelmente pela forma como se afirmava a nova Fábrica de Louça da Fonte Nova, então criada, como veremos. O *Inquérito Industrial de 1890* (31) tem procedimento igual. O *Estudo sobre o estado actual da industria cerâmica na 2.ª Circunscrição dos Serviços Technicos da Industria* (1905), com informação mais detalhada, mas tomando Pedro Serrano como seu fundador, testemunha o seu estado «muito decadente» (32), a existência de 6 trabalhadores, cujos salários não são superiores aos indicados para 1881, apenas conseguindo colocar os seus produtos em localidades do interior, consumidoras de louça ordinária e barata,

(25) *Ibidem*.

(26) *Ibidem*; AHMA, *Registo de Óbitos*, liv. 908, fl. 207 v.; *O Povo de Aveiro* (1890-12-07, p. 1) dá destaque ao desaparecimento de Pedro António Marques, com um retrato, dada a sua participação na comissão encarregada da erecção da estátua de José Estevão (*Almanak Aveirense*, 1898, pp. 29 e 30).

(27) Ferreira da Cunha e Sousa, *op. cit.*, p. 89.

(28) *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda Parte. Visita ás fabricas*, Lisboa, 1881, p. 277.

(29) *Ibidem*.

(30) Joaquim de Vasconcelos, *Cerâmica Portuguesa*, col. «História da Arte em Portugal (Quarto estudo)», Porto, 1884.

(31) *Inquérito Industrial de 1890. Industrias fabris e manufactureiras. (Inquérito de gabinete)*, Lisboa, 1891, vol. m, pp. 5-6.

(32) *Estudo sobre o estado actual da industria cerâmica na 2.ª Circunscrição dos Serviços Technicos da Industria*, Lisboa, 1905, p. 15.

depois de ter chegado a abastecer a cidade de Aveiro e colocar os seus produtos em mercados distantes, como o Algarve.

Pedro Marques «Serrano» morre em 1890 ⁽³³⁾, ficando como proprietária sua mulher Ana Joaquina dos Santos Marques, que requereu «licença para continuar com a laboração de uma fabrica de louça ordinaria que possue», como consta do alvará de licença que lhe foi concedido com a data de 1897-08-18 ⁽³⁴⁾. Ana Marques morre em 1907 e não mais se ouve falar desta unidade.

A análise de inúmeros moldes e de algumas pequenas esculturas de barro vermelho, de meados de Oitocentos, assinadas por Pedro Serrano ⁽³⁵⁾, permitem concluir que, tudo o que se disse sobre a Fábrica do Cojo, se refere apenas aos últimos anos da sua existência. As referidas esculturas e moldes deixam pensar que ali foi dada continuidade à tradição escultórica dos barristas de Aveiro e que a sua produção, no conjunto, seria de uma enorme variedade e apreciável qualidade ⁽³⁶⁾. Um estudo comparativo de produtos e mão-de-obra possibilitaria conhecer melhor a afinidade entre este estabelecimento fabril e a Fábrica de Louça da Fonte Nova.

2. AS FÁBRICAS DE CERÂMICA DE AVEIRO APÓS 1882 — BREVE ESBOÇO

2.1. FÁBRICA DE LOUÇA DA FONTE NOVA

A Fábrica de Louça da Fonte Nova terá começado a laborar em Junho de 1882 ⁽³⁷⁾. A imprensa diária anuncia, poucos meses

⁽³³⁾ Cfr. *supra*, nota 26.

⁽³⁴⁾ AHMA, «Alvará de licença concedida a Anna Joaquina dos Santos Marques, viuva, d'esta cidade, para a sua fabrica de louça ordinária que possui na rua da Fabrica, d'esta mesma cidade de Aveiro», *Registo de alvarás, diplomas, cartas e licenças, 1897*, liv. 159, fis. 9v.-10.

⁽³⁵⁾ Expresso a minha gratidão ao Senhor Amílcar Pinho e Melo e esposa, por me terem possibilitado o acesso ao valioso espólio de produtos e moldes da Fábrica do Cojo que possuem.

⁽³⁶⁾ Na Feira de Março de 1876, Pedro Marques Serrano é arrolado como vendedor de «santos» (AHMA, *Relação dos individuos que concorrem á Feira de Março*, liv. 1334, fl. 10v.).

⁽³⁷⁾ «Em Aveiro encontramos-nos com uma fábrica, a dos snrs. Guimarães & Norberto, fundada ha poucos meses em Junho». (Joaquim de

antes, que «os srs. Norberto Ferreira Vidal e Luiz de Mello Guimarães vão montar uma fábrica de sabão [sic] e louça próximo à alameda da Fonte Nova» (38). Em Agosto desse ano «foi inaugurada, franqueando-se por essa ocasião a entrada ao publico», que então pôde apreciar «amostras de alguma louça da primeira fornada» (39).



Fig. 1 —Bandeira da Fábrica de Louça da Fonte Nova [1916?]
 (Cores da bandeira: verde e vermelho; centro branco com letras a ouro)
 (Col. do Dr. Albano da Conceição)

A vida desta fábrica foi, desde o seu aparecimento, muito atribulada, espelhando de forma distinta as dificuldades de ordem diversa que sentiu a indústria do concelho de Aveiro, no período

Vasconcelos, *op. cit.*, p. 71). Como ainda não foi encontrada a escritura de constituição da sociedade, não é possível saber exactamente a data de fundação desta fábrica. As fontes disponíveis parecem considerar a fundação das fábricas na data do início da laboração e não na da constituição da sociedade. O arrendamento do terreno onde seria instalada a fábrica, em fins de 1881, é assinado pelos dois sócios (*vide infra*, nota 42) e, possivelmente* já se teria constituído a sociedade.

(38) *O Povo de Aveiro*, 1882-02-19, p. 3.

(39) *O Povo de Aveiro*, 1882-08-20, p. 3.

considerado. No entanto, é após o aparecimento desta unidade que vamos assistir, nos anos seguintes, à fundação de muitas outras, quer de faiança, fundadas por ex-trabalhadores desta, quer de barro vermelho, aparentemente sem nada terem a ver com ela, como a Fábrica de Jerónimo Pereira Campos.

Foram seus fundadores Norberto Ferreira Vidal e Luís de Melo Guimarães. O primeiro, negociante, de Vagos, então a residir em Aveiro, era pai do bispo D. João de Lima Vidal ⁽⁴⁰⁾, e o segundo, era filho de Manuel Luís da Silva Guimarães e de D. Joana Cândida de Melo, de Aveiro; Luís de Melo Guimarães estudou em Aveiro e no Porto, «chegando a frequentar o primeiro ano da Escola-Médica de Lisboa» ⁽⁴¹⁾, que veio a abandonar para se tornar industrial.

A escolha do local foi determinada por factores que estiveram sempre presentes na fundação das restantes fábricas que depois surgiram: a proximidade das vias de comunicação, a ria e o caminho de ferro, a facilidade de aquisição de lenhas e a existência de barro na propriedade que ambos arrendaram, como consta da respectiva escritura, datada de 1881-12-31 ⁽⁴²⁾. Como ainda não foi possível encontrar a escritura de fundação, é difícil saber qual o valor do capital inicial. Contudo, pela escritura de dissolução da sociedade *Adriano & Norberto*, de que fez parte Norberto Ferreira Vidal até 1882-07-05, pode-se afirmar que a disponibilidade de capital seria reduzida, devido ao facto daquele se ter comprometido, a partir da referida data, a pagar ao outro sócio a quantia de 3300\$000 em prestações mensais de 50\$000 ⁽⁴³⁾.

O Inquérito Industrial de 1890 indica um capital de 3500\$000^(M) ;

⁽⁴⁰⁾ João Gonçalves Gaspar, *Lima Vidal no seu tempo, 1874-1958, Aveiro, 1974*, vol. m, Anexos: «Árvore genealógica n.º 1». Norberto F. Vidal apresentou-se na Feira de Março, entre 1875 e 1878, como «vendedor de panos» (AHMA, *Relação dos indivíduos que concorrem á Feira de Março*, liv. 1334, fis. lv., 6v., 12 e 18).

⁽⁴¹⁾ Marques Gomes, «Cerâmica Aveirense — II. 1487-1922», *Campeão das Provindas*, n.º 6796, 1922-06-03, p. 2.

⁽⁴²⁾ Arquivo Distrital de Aveiro (ADA), Aveiro, not. Arnaldo A. A. Fortuna, liv. 62, fis. 1-3.

⁽⁴³⁾ ADA, Aveiro, not. Arnaldo A. A. Fortuna, liv. 63, fis. 24-25v.

⁽⁴⁴⁾ Vol. ui, p. 5.

no início deste século o capital era de 10 contos e, algum tempo depois, de 20 contos ⁽⁴⁶⁾.

São escassos os testemunhos sobre a fábrica nos primeiros anos de laboração, se exceptuamos as abundantes referências encomiásticas aos seus produtos, premiados nas feiras a que concorreu. Marques Gomes diz que Luís de Melo Guimarães «estudou o fabrico da faiança, desde os seus mais rudimentares princípios, escolhendo barros e chamando operários de fóra e educando outros de Aveiro (...). A empresa sossobriaria logo se não fosse a sua grande tenacidade» ⁽⁴⁷⁾. Como se vê, as dificuldades faziam-se sentir mesmo ao nível da mão-de-obra especializada. Sobre as máquinas montadas inicialmente pouco se sabe.

Algum tempo depois, por razões de saúde ⁽⁴⁸⁾, Norberto Ferreira Vidal cede a sua quota, no valor de «dois contos de reis», a João Gonçalves Gamelas, como consta da respectiva escritura de 28 de Fevereiro de 1886 ⁽⁴⁹⁾. Este, quase de seguida (1886-05-08), cederia a sua parte a Carlos Melo Guimarães, irmão do sócio fundador, pela quantia de «um conto [sic] de réis» ⁽⁵⁰⁾. Ainda nesse ano, Carlos da Silva Melo Guimarães, então com 36 anos de idade ⁽⁵¹⁾, iria tornar-se o único proprietário, ao adquirir a outra parte, de seu irmão Luís, que foi «despachado recebedor da comarca de Angra de Heroísmo» ⁽⁵²⁾, onde esteve até ao início de 1889, data a partir da qual viria a exercer o mesmo cargo em Penacova ⁽⁵³⁾.

Carlos da Silva Melo, em carta dirigida a Marques Gomes,

⁽⁴⁵⁾ Charles Lepierre, «Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 1912, vol. 78, p. 94.

⁽⁴⁶⁾ Annibal Gomes Ferreira Cabido, «Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro. Monographia estatística», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 1911, vol. 60, p. 13.

⁽⁴⁷⁾ *Vide supra*, nota 41.

⁽⁴⁸⁾ *O Povo de Aveiro*, 1886-03-07, p. 2.

⁽⁴⁹⁾ ADA, Aveiro, not. Arnaldo A. A. Fortuna, liv. 71, fis. 1-2.

⁽⁵⁰⁾ *Idem*, fis. 65v.-66v.

⁽⁵¹⁾ Nasceu em 1850 (ADA, freguesia de S. Miguel, *Baptismos*, 1848-1859, liv. 15, fl. 31v.).

⁽⁵²⁾ ADA, Aveiro, not. António A. Duarte e Silva, liv. 127, fis. 33v.-35v.

⁽⁵³⁾ *Idem*, liv. 135, fis. 18v.-19 e 22-22v.

mostra como esteve desde o início ligado à fábrica: «...quem levou o meu irmão Luiz a fundar a fabrica com o santo do Norberto, fui eu, pois desde muito novo tive essa inclinação. Antes de meu irmão Luiz, estive eu com o falecido Francisco Regala para a fundar, mas como ele não quiz continuar com os seus estudos, então foi ele que se deitou á indústria de cerâmica, indo eu sempre ao leme, não só na construção da fabrica como também com o meu dinheiro quando lhe faltava» (54). De facto, desde então a empresa iria atravessar um período de franca prosperidade, o que lhe permitiu angariar enorme prestígio, quer pela qualidade dos seus produtos, quer pela fama dos seus artistas, disputados pela fábrica da Vista Alegre (55), quer ainda pela acção do seu proprietário com vista ao desenvolvimento da indústria cerâmica em Aveiro.

Este industrial bateu-se desde muito cedo pela criação de uma escola industrial, como refere Joaquim de Vasconcelos (em 1884), a propósito da aula de desenho e modelação em Gaia, a criar a expensas das empresas do sector: «O snr. Pinto Basto (Vista Alegre) declarou que, de accordo com os snrs. Guimarães & Norberto, de Aveiro, fora resolvido fundar n esta ultima cidade uma aula, que correspondesse aos intuitos da que se pretendia crear em Villa Nova de Gaya» (56). Mas é Marques Gomes quem dá melhor testemunho do que acaba de ser dito. «Em 1 de setembro de 1893 recebeu a fabrica a honrosa visita do então ministro das obras publicas, sr. Bernardino Machado» (57), a quem Carlos Melo Guimarães «lembrou a necessidade da criação duma escola industrial em Aveiro, que sua ex.^a concordou ser de absoluta necessidade, prometendo crea-la imediatamente, promessa essa que cumpriu (...)e se tornou realidade por portaria de 28 de outubro de 1893» (58). Algum tempo antes, já a Câmara Municipal de Aveiro,

(54) Marques Gomes, «Cerâmica Aveirense — IV. 1487-1922», *Campeão das Provindas*, n.º 6798, 1922-06-17, p. 2.

(55) Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória Histórica*, Aveiro, 1924, pp. 98-100.

(56) Joaquim de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 105.

(57) Bernardino Machado deslocara-se a Aveiro, principalmente, por causa do estado da Barra. Visitou depois a Fábrica de Louça da Fonte Nova, donde seguiu para a Vista Alegre {vide imprensa local}.

(58) Marques Gomes, «Cerâmica Aveirense — III. 1487-1922», *Campeão das Provindas*, n.º 6797, 1922-06-10, p. 2; Idem, *Subsídios para a his-*

fazendo-se porta-voz dos interesses da indústria cerâmica, havia solicitado ao governo a criação de uma escola industrial ⁽⁵⁹⁾.

Apesar dos encómios eufóricos da imprensa local de então, porta-voz dos interesses comerciais e industriais da região, aqui e ali surgem indícios de que nem tudo correria como as laudas dos jornais fazem supor. O *Catalogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1891*, ao referir os objectos desta fábrica, apenas diz: «[Expositor] N.º 549 — Carlos da Silva Melo Guimarães / Aveiro / Louça / Azulejos» ⁽⁶⁰⁾, tratamento bem diferente do que foi dado a muitas outras empresas presentes no certame. Quais as razões deste procedimento ? Rivalidades ? Deficiente qualidade dos produtos ? Escasso número de peças expostas ? Crise ? O certo é que alguns anos depois (1908-07-13) ⁽⁶¹⁾, a firma declara falência, não pela sua situação, mas pelo envolvimento do seu proprietário Carlos Melo Guimarães noutra sociedade, como adiante se verá. Apesar de tudo, foi provado, no decorrer do processo de falência, que «a escripturação estava enterrompida desde 1901», os balanços não se realizavam desde essa data ⁽⁶²⁾ e a fábrica possuía, nos primeiros anos deste século, mais de um ano da sua produção «no depósito por falta de consumo» ⁽⁶³⁾. Essa situação terá levado ao abandono de alguns dos seus trabalhadores, como João das Neves de Pinho Aleluia, que viria a fundar uma nova fábrica. Mesmo assim, o administrador da massa falida acabou por concluir que esta fábrica, «sem os encargos que o seu proprietário contrahio e,

tória de Aveiro, Aveiro, 1899, pp. 247-248; *Diário do Governo*, n.º 226, 1893-10-06.

⁽⁵⁹⁾ A petição foi aprovada em sessão da Câmara de 28 de Junho de 1893 (*O Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria em 1893. A industria*, Coimbra, 1898, pp. 33-35). A Escola Fernando Caldeira foi elevada à categoria de Escola Industrial e Comercial, pelo Decreto n.º 10.119, de 1924-09-24. Sobre a criação das escolas industriais, *vide* Joaquim Ferreira Gomes, «Escolas industriais e comerciais criadas no séc. XIX», sep. da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, 1978, pp. 79-151.

⁽⁶⁰⁾ *Catalogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1891*, 2.ª ed., Lisboa, 1892, p. 325.

⁽⁶¹⁾ Arquivo do Tribunal de Aveiro (ATA), *Processo de verificação dos créditos na Falência de Mello Guimarães & Irmãos e Carlos da Silva Melo Guimarães da praça de Aveiro*, maço n.º 27, proc. n.º 2, 1908, fl. 364v.

⁽⁶²⁾ *Idem*, fl. 363.

⁽⁶³⁾ *Estudo sobre o estado actual da industria cerâmica...*, p. 17.

moimente, sem aquelles que foi tomar para a laboração da fabrica de telha marselheza, daria bons resultados e lucros» (64).

Para o lugar de administrador da massa falida (65), nomeou o Tribunal do Comércio da Comarca de Aveiro um prestigiado comerciante da cidade, Albino Pinto de Miranda (66), que viria a viabilizar a continuação da fábrica solicitando ao juiz a concessão de arrendamento da mesma a um seu pintor, Manuel Pedro da Conceição (arrematante da fábrica em 1910 por 6 215\$000) (67), com o qual iria constituir uma sociedade (68), a qual se dissolveria algum tempo depois, tendo Albino Pinto de Miranda cedido a sua parte ao comerciante Manuel Tomaz Vieira (69).

Em 1919, na sequência de novas dificuldades, Manuel Pedro da Conceição acabou por se toinar único proprietário da Fábrica de Louça da Fonte Nova, para o que se vê obrigado a contrair um vultoso empréstimo hipotecário à Caixa Económica de Aveiro (70). Especialmente durante os anos 20, a fábrica vive momentos de desafogo, salientando-se o denodo e coragem do seu proprietário, ex-operário como os demais, que então sobe à ribalta da imprensa local com os prémios obtidos em exposições (71). Nos anos 30 poucas referências surgem nos jornais, ao que não serão alheios os reflexos da crise de 1929, a ascensão vertiginosa dos Aleluias e a morte de Manuel Pedro da Conceição, depois do desaparecimento de um seu filho, de quem muito era esperado.

(64) *Vide supra*, nota 61.

(65) O administrador de falências é um «indivíduo encarregado de administrar os bens do comerciante falido, durante a sua interdição, e continuar o seu comércio, sendo conveniente» (*Escrituração comercial e industrial*, 3.ª ed., «Biblioteca de Instrução Profissional», Lisboa, s. d., p. 99).

(66) ATA, *Processo de Fallenda*, maço n.º 27, proc. n.º 2, 1908, fl. 18v.

(67) ATA, 3.º *Volume do Processo de fallenda*, 1908, maço 27, proc. n.º 2, fis. 526 e 536; *Idem*, 1.º *Volume do Processo de arrematações...*, fis. 230-240. Manuel Pedro da Conceição ofereceu a referida quantia em seu nome e no da mulher de Albino Pinto de Miranda (*Ibidem*).

(68) ADA, Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 55, fis. 37v.-39v.

(69) ADA, Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 69, fis. 27v.-30v.

(70) ADA, Aveiro, not. Adelino Simão Leal, liv. 9, fis. 5-6.

(71) 1921—Medalha de Ouro (Congresso Beirão em Viseu) 1922 — Medalhas de Ouro (Congresso Beirão em Coimbra e Exposição do Rio de Janeiro) ; Cfr. imprensa local.

Por fim, no dia 9 de Setembro de 1937, «um pavoroso incêndio destruiu a antiga Fábrica de Louça da Fonte Nova» (72).

2.2. A FÁBRICA JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS

A acreditar na data da fachada do edifício da fábrica de cerâmica Jerónimo Pereira Campos, bem como em múltiplos anúncios e documentos da empresa, 1896 é o ano do nascimento desta importante unidade cerâmica. Contudo, na escritura de constituição da sociedade, de 15 de Janeiro de 1907, lê-se que Jerónimo Pereira Campos e seus quatro filhos «se acham constituídos em sociedade de facto sob a firma social de «Jeronymo Pereira Campos & Filhos, desde quinze de março de mil oitocentos e noventa e cinco» (73). Trata-se, por certo, de um erro do notário, ou então 1896 seria apenas a data do início da actividade da fábrica, tida como o marco inicial da existência oficial da mesma. De qualquer modo, a sociedade só seria legalizada em 1907, como consta da escritura referida, feita «para legalisarem a continuação da mesma sociedade» (74), e de uma outra datada de 11 de Janeiro de 1911, onde se pode ler que a sociedade «só se realizou passados alguns annos de laboração» (75). O alvará que autorizava Jerónimo Pereira Campos, «artista da cidade de Aveiro», a fundar «uma fabrica de tijolo e telha», tem a data de 29 de Setembro de 1897 (76).

Em 1907 o objecto da sociedade é «a exploração da industria e commercio de olaria e cerâmica», apesar da forma explícita como se lhe refere o alvará citado. Entre esta data e 1911 a empresa especializa-se. A sociedade constituída entre os quatro irmãos, depois do falecimento de seu pai (1907-12-13), sob a designação «Jeronymo Pereira Campos, Filhos», pretende «continuar a exploração de uma fabrica de telha «typo Marselha» e productos correlativos, (...) e quaesquer industrias que não sendo correlativas

(72) *O Democrata*, n.º 1491, 1937-09-11, p. 1 ; *Idem*, n.º 1492, 1937-09-18, p. 1 ; *Correio do Vouga*, 1937-09-18, p. 3.

(73) ADA, Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 25, fis. 40v.-42v.

(74) *Ibidem*.

(75) ADA, Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 45, fis. 17v.-21v.

(76) AHMA, *Registo de alvarás, diplomas, cartas, licenças*, liv. 159, 1897, fis. 10-10v.

d'aquella, possam todavia utilizar os seus machinismos, terrenos, utensilios e o mais» (77).

A sociedade que entre si fazem, tal como a anterior, de responsabilidade solidária ilimitada, é decorrente do facto de o património integrar o conjunto de bens legados. Alguns anos depois (1923-03-27), a sociedade, já apenas entre três dos quatro irmãos, dissolve-se (78) e é formada uma «Sociedade anónima de responsabilidade limitada denominada Fábricas Jerónimo Pereira Campos — Filhos», com um capital de 2 700 contos (79).

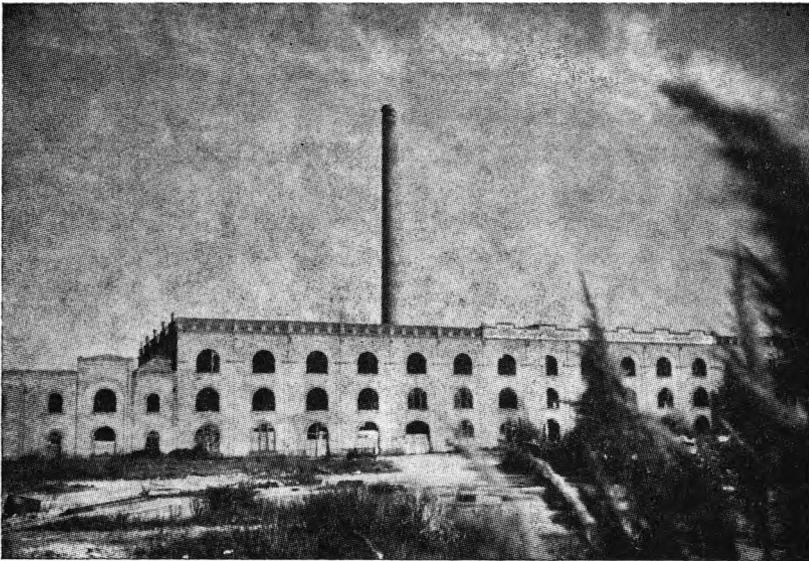


Fig. 2 — Fábrica de Cerâmica Jerónimo Pereira Campos.

As referências a Jerónimo Pereira Campos antes de fundar a fábrica são escassas. Foi sócio (n.º 10) fundador da Associação Aveirense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas, fundada em 1864. Pertenceu à direcção da referida associação em 1864, 1868, 1882, 1883 e 1891. Deixou de ser sócio em 1897 (80).

(77) *Ibidem.*

(78) ADA, Aveiro, not. Barbosa de Magalhães, liv. 24, fis. 9-14.

(79) *Idem*, liv. 24, fis. 14v.-27.

(80) *Registo, da matricula dos individuos pertencentes à mesma associação, Aveiro, 1864-1960, fis., inums.*

A fase decisiva de crescimento e afirmação da empresa verifica-se entre 1907 e 1923 ⁽⁸¹⁾. É desse período a aquisição de terrenos com o fito de assegurar o acesso ao caminho de ferro e à matéria-prima principal — o barro, retirado de um barreiro que determinou a fundação da fábrica. Neste sentido, foi importante a arrematação dos terrenos da Empresa Cerâmica da Fonte Nova, da firma Mello Guimarães & Irmãos, sua concorrente, falida em 1908, como referirei mais adiante ⁽⁸²⁾. É igualmente deste período a aquisição do mais moderno equipamento, máquinas e fornos, e a construção das suas monumentais instalações, supremo testemunho desse crescimento, que hoje se encontra em adiantado estado de deterioração.

Este edifício, da autoria do arquitecto José Maria Olímpio, do Porto, de que dá detalhada nota o *Jornal de Notícias*, em Agosto de 1917, ocupando uma área de cerca de 5 000 m², estava então a ser concluído ⁽⁸³⁾. Era, na opinião do autor deste grandioso projecto, «o primeiro não só de Portugal como da Península» ⁽⁸⁴⁾ e espantava pelo contraste com as modestíssimas instalações das restantes fábricas da região. O anterior edifício, com três corpos, ocupava uma área de 1520 m²⁽⁸⁵⁾.

A proximidade do caminho de ferro e da ria, aliados à existência de matéria-prima, constituiu um factor decisivo para o nascimento e afirmação desta unidade. O caminho de ferro permitia chegar a mercados mais distantes do litoral e do interior, pela linha do Vale do Vouga ⁽⁸⁶⁾. A importância da ria para esta

⁽⁸¹⁾ Entre 1905 e 1906 esta empresa fabricou vidro e apresentava-se, nos anúncios da imprensa local, como «Fabrica de vidros e cerâmica Jerónimo Pereira Campos & Filhos» (*Vitalidade*, n.º 538 (1905-08-05) — n.º 588 (1906-07-21)).

⁽⁸²⁾ ATA, 3.º *Volume do Processo de fallenda*, maço n.º 27, proc. n.º 2, 1908, fl. 561.

⁽⁸³⁾ *Jornal de Notícias*, 1917-08-19, p. 2. Amaro Neves refere este documento com reprodução dos desenhos da fábrica (Amaro Neves, «A Fábrica Campos. Um 'notável' exemplar de arquitectura industrial», *O Mundo da Arte*, Coimbra, 1983, vol. 14, pp. 31-38).

⁽⁸⁴⁾ *Ibidem*.

⁽⁸⁵⁾ Annibal Gomes F. Cabido, *op. cit.*, pp. 10-12.

⁽⁸⁶⁾ O prolongamento da linha do Vale do Vouga até ao Cojo, onde deveria ser construída uma estação, foi aspiração dos industriais da cidade na segunda década do século. A esta questão se refere com detalhe a imprensa

empresa está bem expressa na carta de Ricardo Pereira Campos, já em 1955, a propósito do encerramento, para obras, do Canal da Fonte Nova: «Desde que o Canal do Cojo seja devidamente dragado e de modo a permitir a navegação ordinária na Ria na baixa-mar, o mesmo tem a maior importância para esta Sociedade, não só porque lhe permite a ligação directa com o oceano, como, ainda, o abastecimento pela via marítima dos seus clientes que residem ou são servidos pelas áreas banhadas pela Ria de Aveiro». E acrescenta que as referidas obras davam «prejuízos que computamos já em muitas centenas de contos, visto que temos de transportar para a cidade todos os artigos destinados a serem carregados em barcos. Antes deste estado de coisas, o movimento anual de barcos carregados ou descarregados pela nossa Sociedade computavam-se entre 1.400 a 1.500, o que à média de 10 toneladas cada, dava 14 a 15 toneladas anuais (...). Os artigos que transportamos pela Ria são: produtos cerâmicos, barros refractários, lenha e toda a espécie de combustíveis»⁽⁸⁷⁾.

2.3. A EMPRESA CERÂMICA DA FONTE NOVA

Por escritura de 27 de Maio de 1903, os já referidos Carlos da Silva Melo Guimarães, Luís da Silva Melo Guimarães e seu irmão António Carlos da Silva Melo Guimarães criam uma nova fábrica de telha e tijolo, denominada *Empresa Cerâmica da Fonte Nova*⁽⁸⁸⁾. Desconhecida ou confundida com a Fábrica de Louça da Fonte Nova⁽⁸⁹⁾, esta unidade, mais do que qualquer outra, revela com

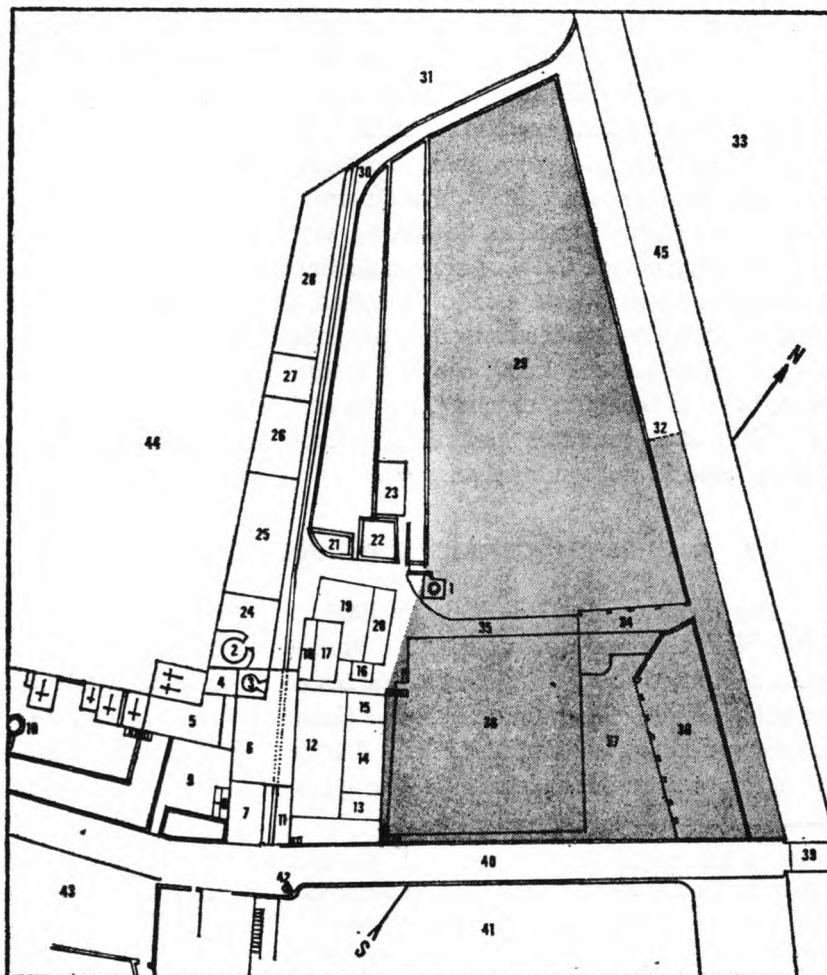
local. A construção da «via americana», que ligaria a cidade à Barra e ao porto de Aveiro, foi um sonho, nunca realizado, das últimas décadas do séc. XIX (*Documentos relativos ao estabelecimento d'uma Estação Central do caminho de ferro e mercado municipal em Aveiro*, Aveiro, 1891, *passim*; artigos diversos da imprensa local).

⁽⁸⁷⁾ Ricardo Pereira Campos, «Sobre o futuro do Canal do Cojo», *Litoral*, 1955-10-15, p. 8.

⁽⁸⁸⁾ ADA, Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 9, 1903, fis. 28v.-32.

⁽⁸⁹⁾ Até José Queiroz, ao referir a Fábrica de Louça da Fonte Nova, escreve erradamente *Mello Guimarães & Irmãos* e refere os três irmãos como seus fundadores. Sobre estas duas fábricas, as informações daquele Autor, são erróneas e exageradas (*Op. cit.*, pp. 197-198, 409, 425, 427, 435 e 436).

nitidez a índole dos estrangulamentos e das dificuldades da industrialização na área, no início deste século.



- Fábrica de Louça da Fonte Nova.
- Empresa Cerâmica da Fonte Nova (Fábrica de Telha).

Fig. 3 — Planta das fábricas de louça e telha da Fonte Nova e terrenos anexos em Aveiro — Dezembro de 1909.
(ATA, *Processo da falência...*, vol. 3, fl. 463)

LEGENDA (fig. 3)

1. Chaminé.
2. Forno grande.
3. Forno pequeno.
4. Muflas.
5. Depósito de louça para cozer.
6. Rés-do-chão: passagem e forno pequeno; 1.º andar: oficina de pintura.
7. Adega.
8. Currais.
9. Pátio.
10. Poço e tanque.
11. Entrada para a fábrica.
12. Rés-do-chão: oficina de rodas; 1.º andar: oficina de formistas.
13. Rés-do-chão: oficina de rodas; 1.º andar: oficina de pintura.
14. Oficina de rodas.
15. Rés-do-chão: oficina de rodas; 1.º andar: depósito de louça artística.
16. 19 e 20. Tanques de lavagem de barro.
17. Depósito de barro preparado.
18. Habitação do guarda da fábrica.
21. Fonte.
22. Eira de secagem do barro.
23. Oficina de azulejo.
24. Rés-do-chão: depósito de louça artística; 1.º andar: forno grande; águas-furtadas : depósito de louça crua.
25. Depósito de louça comum.
26. Casa das máquinas.
27. Abegoaria.
28. Depósito de lenhas.
29. Vinha.
30. Caminho servido por caminho de ferro.
31. Propriedade dos Herdeiros do Visconde de Valdemouro.
32. Cais particular da fábrica, com linha divisória.
33. Terrenos da Junta das Obras da Barra, separados pelo canal da Ria.
34. 36, 37 e 38. Fábrica de telha de Marselha.
35. Caminho para o esteiro.
39. Ponte «de pau».
40. Estrada da Fonte Nova à estação do caminho de ferro.
41. Terreno de Luís de Melo Guimarães, mais tarde adquirido por T. Aleluia.
42. Fonte.
43. Largo da Fonte Nova.
44. Cemitério.
45. Esteiro das Agrads ou esteiro da Fonte Nova.

Carlos Melo Guimarães, nascido em 1850, era, então, proprietário da Fábrica de Louça da Fonte nova, anteriormente referida, de uma pequena «fábrica» de velas de cera e de um estabelecimento comercial de venda de cereais, na cidade de Aveiro. Mais tarde envolver-se-ia na «venda de tabacos e mais artigos commerciaes de tabacaria, no concelho de Aveiro [em representação] da Sociedade Portuense dos Agentes de Vendas da Companhia dos Tabacos de Portugal» (90). É muito extensa a lista de cargos públicos que desde muito cedo o tornaram uma figura importante no meio aveirense. Sócio fundador da Nova Sociedade d'Instrução e Recreio — Grémio Aveirense (91), comissário dos vinhos, um dos três directores da Associação do Teatro Aveirense, 2.º membro efectivo da Comissão do Recenseamento Eleitoral em 1891 (92), para além do papel, já referido, na criação da Escola Industrial. O outro sócio fora um dos fundadores da Fábrica de Louça da Fonte Nova e era então recebedor em Penacova. Estivera igualmente ligado a algumas iniciativas de índole cultural na cidade ao lado dos irmãos. António Carlos da Silva Mello Guimarães era Conservador do Registo Predial em Aveiro.

A sociedade, em nome colectivo por tempo ilimitado, constituiu-se com um capital social, em partes iguais, de 18 contos (93). No acto de constituição da sociedade, porém, só existiam «treze contos e quinhentos mil reis, que os três sócios levantaram por empréstimo» (94). De facto, a totalidade do capital fora obtida por empréstimo concedido por particulares, em moeda corrente, e por empresas em materiais e máquinas. O próprio terreno com 1 050 m² onde, à data da escritura de constituição da sociedade, estavam já «construídos os barracões para a fábrica de telha Marselha», foi arrendado por Carlos Melo Guimarães à sociedade de que ele

(90) ADA, Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 27, 190v, fis. 17v.-19.

(91) *Estatutos da Nova Sociedade d'Instrução e Recreio — Grémio Aveirense*, Aveiro, 1884, p. 22.

(92) *Anuario da Cidade de Aveiro*, Aveiro, 1891, pp. 17, 18, 20, 24 e 35.

(93) *Vide* escritura referida na nota 88, fis. 29-30.

(94) *Ibidem*.

próprio fazia parte ⁽⁹⁵⁾. Abundantemente documentado está o frequente recurso ao crédito hipotecário.

A matéria-prima principal — o barro —, provinha de dois terrenos. Um deles, nas Agrads de Baixo, arrendado, confinava com outro explorado pela fábrica Jerónimo Pereira Campos, com o mesmo propósito ⁽⁹⁶⁾. O outro, no lugar do Solposto, freguesia de Esgueira, foi adquirido com parte do capital social ⁽⁹⁷⁾.

Pouco mais de um ano após o início da laboração, a imprensa local informa-nos das melhorias introduzidas. «Acaba esta empresa de augmentar os productos da sua fabricação e introduzir melhoramentos novos nas suas officinas, tornando assim aquelle estabelecimento um dos melhores no genero no paiz. A telha pelo systema que alli se fabrica, é de muito boa qualidade, e vae tendo largo consumo tanto entre nós como para fóra» ⁽⁹⁸⁾, informação a que, contudo, não deve ser alheio o texto do 1.º anúncio publicado nesse número dV *Democrata*, donde ressalta a lista da grande variedade de productos que a fábrica satisfazia.

Mas, desde o seu início, os conflitos com a Fábrica Jerónimo Pereira Campos devem ter sido frequentes, como é fácil de perceber, dado o facto de as duas fábricas, muito próximas, que exploravam barreiros contíguos e utilizavam caminhos comuns, fabricarem os mesmos productos. A rivalidade conheceu tréguas com a assinatura de um acordo em 1 de Março de 1907. Este documento é, a vários títulos, deveras importante, já que o «compromisso» abarcava os aspectos mais significativos da vida das duas empresas ⁽⁹⁾. O primeiro aspecto regulamentado dizia respeito aos preços dos principais productos — telhas, cumes e tijolos «burros, furados e batidos» — uma vez que os restantes ficavam de fora da tabela a praticar obrigatoriamente durante dois anos pelas duas empresas. Também impunha os limites geográficos em que deveria vigorar a tabela acordada: «é obrigatório que os productos que saiam em carro ou em barcos, e ainda para os que

⁽⁹⁵⁾ *Ibidem.*

⁽⁹⁶⁾ ADA, Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 18, fis. 17v.-20v.

⁽⁹⁷⁾ *Vide* escritura referida na nota 88.

⁽⁹⁸⁾ *O Povo de Aveiro*, 1904-03-06, p. 3.

⁽⁹⁾ ADA, Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 26, fis. 52-61.

saíam pelo caminho de ferro para todas as povoações que para o norte sejam servidos pelas estações até à de Espinho, e para sui até á de Mogofores, ambas inclusivamente» (100). Para a empresa infractora do acordo, nos seus diversos aspectos devidamente hierarquizados, foram estipuladas penas e prazos para o seu cumprimento, de valor igualmente desigual. Foi também nomeado um tribunal arbitral para julgar as contravenções.

Um outro aspecto dizia respeito à mão-de-obra. «Relativamente ao pessoal trabalhador das duas fabricas: Nenhuma das Empresas poderá acceitar pessoal que haja saído da outra sem que tenha sido despedido e mostre por documento que effectivamente o foi, sob pena de multa de dez mil reis» (101); e mais à frente acrescenta o acordo: «cada uma das Emprezas outorgantes é obrigada a dar à outra uma relação do pessoal existente e notifica-la oportunamente do pessoal que vá admitindo» (102).

A partilha do mesmo caminho e canal da ria seria pomo de constantes conflitos, como nos dá conta o texto do acordo sobre este aspecto. «O caminho de servidão que vae da estrada da Fonte Nova para nascente, e que é servidão das duas Emprezas pactuantes, seja reparado e concertado á custa d ambas e em eguaes proporções» (103). E acrescenta: «Nenhuma das Emprezas pactuantes pode desviar da fabrica procurada, qualquer individuo que a ella se dirija, bem como é vedado a cada uma das Emprezas a aceitação de cartas que vão para a outra, sob pena em ambos os casos da multa de cincoenta mil reis» (104). Este acordo, inicialmente válido por dois anos, ficaria sem efeito «na hypotese da formação de algum trust entre fabricas portuguezas de egual natureza» (105).

A «guerra» foi ganha pela Jerónimo Pereira Campos. Em 30 de Junho de 1908, bem antes do fim do prazo de validade do referido acordo, a firma *Mello Guimarães & Irmãos*, proprietária da fábrica, apresenta, voluntariamente, dentro dos prazos legais,

(100) *Ibidem.*

(101) *Ibidem.*

(102) *Ibidem.*

(103) *Ibidem.*

(104) *Ibidem.*

(105) *Ibidem.*

a declaração de falência ⁽¹⁰⁶⁾. O balanço de 30 desse mês acusava um passivo (29 556\$375) bem superior ao activo (27 067\$870), quando o valor da fábrica — instalações e maquinas —, era avaliado em 22 167\$385 ⁽¹⁰⁷⁾. Dada a natureza da sociedade, em nome colectivo de responsabilidade solidária e ilimitada, e o facto de Carlos da Silva Melo Guimarães ser sócio-gerente de uma fábrica e único proprietário de outra, levou as duas unidades à falência. O próprio administrador conclui que, sem os encargos particulares dos sócios António Carlos e Luís e sem os de Carlos Melo Guimarães, não se teria dado a falência da fábrica de telha ⁽¹⁰⁸⁾.

Não são conhecidas as causas próximas da falência. Os sócios resolveram convocar os credores para uma reunião «que se efectuou em 18 de Julho de 1908 e ao fim da qual foi resolvido que a firma se entregasse ao respectivo tribunal para lhe ser decretada a falência ⁽¹⁰⁹⁾. Porém, o *Boletim do Trabalho Industrial* refere, em 1909, sem identificação, uma falência provocada por uma greve ^(no). Mas, por seu lado, a imprensa local, que noticia mesmo pequenos acidentes de trabalho, nada diz sobre essa greve.

Das causas da falência apresentadas a tribunal pelo administrador da massa falida, além da constituição da sociedade com capital obtido por empréstimo, salientam-se as seguintes: «a necessidade de recorrer constantemente ao credito para negociação de matérias-primas, machinas e costeio do estabelecimento, comprando muitas vezes a longos prazos, a reforma sucessiva de letras pela impossibilidade de pagamento, d'augmento sucessivo de juros que no fim d alguns annos, ou logo da sua instalação absorviam uma grande parte dos lucros da fabrica. Auzencia de conhecimentos technicos e mesmo imperícia da industria de cerâmica, a concorrência e campanhas entre collegas da mesma industria tornaram, a mesma, ao fim de 6 anos, insustentável a situação da fabrica» ^(m). A verosimilhança das razões evocadas pode fazer esquecer que o

(i^o6) ATA, *Processo de fallenda*, 1908, maço 27, proc. n.º 2, fl. 17v.

e *Processo de verificação de Creditos*, 1908, maço 27, proc. n.º 2, fl. 372.

(i^o7) ATA, *Processo de fallenda...*, 1908, maço n.º 27, proc. n.º 2, fl. 3v.

(ios) *Vide supra*, nota 61.

(109) *Idem*, fis. 347v.-348.

(no) *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 1909, n.º 30, p. 51.

(m) ADA, *Processo de verificação de Créditos*, 1908, maço n.º 27, proc. n.º 2, fis. 347-348.

administrador da massa falida tem uma postura de isenção duvidosa, dado o facto de se ter interessado de imediato pela aquisição de bens dos falidos (como referi anteriormente) e também porque, entre os jurados, está João Pereira Campos ⁽¹¹²⁾, indiciando a atenção dada pela Jerónimo Pereira Campos a todo o processo ⁽¹¹³⁾. Mesmo assim, só não são provadas a «auzência de conhecimentos technicos e mesmo impericia da industria cerámica».

Em 20 de Julho de 1910, Jerónimo Pereira Campos & Filhos «arremataram na fallenda da firma Mello Guimarães & Irmãos, o prédio em que se encontra a fabrica de telha da Fonte Nova» ⁽¹¹⁴⁾.

2.4. A FÁBRICA DE LOUÇA DOS SANTOS MÁRTIRES

Por escritura de 14 de Fevereiro de 1905, João de Pinho das Neves Aleluia e outros, «constituem-se em sociedade de capital e industria» ⁽¹¹⁵⁾ para «a fabricação de louça d uso commum e utilidade immediata [com a designação] de Fábrica de Louça dos Santos Martyres» ⁽¹¹⁶⁾. A duração da sociedade era de dezanove anos devido ao facto de ser esse o tempo de validade do contrato de arrendamento do terreno onde viria a ser instalada a fábrica, «sito no Largo Conselheiro Queiroz, desta cidade, ao bairro dos Santos Martyres» ⁽¹¹⁷⁾. Nesta propriedade, da família dos Rangeis, «esteve para sêr estabelecida em 1822 a grande fabrica de porcelanas que anos depois José Ferreira Pinto Basto fimdou na Vista Alegre» ⁽¹¹⁸⁾.

Todos os sócios eram trabalhadores da Fábrica de Louça da Fonte Nova, sendo o primeiro, João de Pinho das Neves Aleluia, mencionado por Marques Gomes entre os mais distintos pintores

⁽¹¹²⁾ João Pereira Campos, por desentendimentos, separou-se dos seus irmãos e fundou uma fábrica congénere, *A Cerâmica Aveirense*.

⁽¹¹³⁾ ATA, *Processo de fallenda*, 1908, maço n.º 27, proc. n.º 2, fl. 11 v.

⁽¹¹⁴⁾ ATA, *Idem* y fl. 561.

⁽¹¹⁵⁾ ADA, Aveiro, not. Manuel Cação Gaspar, liv. 34, fis. 8v.-10v.

⁽¹¹⁶⁾ *Ibidem*.

⁽¹¹⁷⁾ *Ibidem*.

⁽¹¹⁸⁾ Marques Gomes, «Cerámica Aveirense — V. 1487-1922», *Campeão das Provindas*, n.º 6799, 1922-06-24, p. 2; Rangel de Quadros, *op. cit.*, pp. 122-123.

daquela fábrica, em dificuldades desde o início do século (119). O fenómeno da saída de trabalhadores especializados da Fonte Nova para a formação de outras unidades iria repetir-se mais tarde, com o aparecimento da ELA — Empresa de Louças e Azulejos, Lda., em 1919 (120).

A sociedade dissolve-se poucos meses depois (1906-04-24), ficando todo o «activo pertencendo exclusivamente ao outorgante João de Pinho das Neves Aleluia» (121). O capital inicial era diminuto — 1 250\$00 — obtido por empréstimo. O recurso ao empréstimo, sempre de particulares, foi regra até à década de 20 (122). «Sem qualquer elemento motriz, o vidrado era moído na Fábrica Jerónimo Pereira Campos, até à aquisição do moinho a vento» (123). Mais tarde seria adquirido «na estrada da Gafanha, um moinho que funcionava com as correntes da ria para moer o vidrado, auxiliando a precária eficiência do motor a vento» (124). Os instrumentos reduziam-se a 3 rodas de oleiro, 3 tomilhos de pintor, um de formas, um balancé para azulejos e um moinho de areias. Consumia 1601 de lenha, num forno intermitente, e a maioria do barro provinha de Coimbra. Era de facto uma modesta oficina, com 15 trabalhadores, dos quais apenas 8 sabiam ler (125).

João de Pinho das Neves Aleluia, nascido em 1876 (126), desde cedo grangeou enormes simpatias no meio, participando na fundação de inúmeras agremiações locais, antes e depois de se ter

(119) Marques Gomes, «Cerâmica Aveirense — II. 1487-1922», *Cambeão das Provindas*, n.º 6797, 1922-06-10, p. 2.

(120) ADA, Aveiro, not. Adelino A. Simão da Fonseca Leal, liv. AB, fis. 26-27.

(121) ADA, Aveiro, not. Joaquim Simões Peixinho, liv. 37, fis. 9v.-llv.

(122) Os empréstimos foram concedidos em 1905, 1911 e 1917 ([Carlos Aleluia], *História da Fábrica Aleluia. Aveiro — Portugal. 1905-1955*, Aveiro, 1955, pp. inums).

(123) *Idem*, [p. 8].

(124) [-pp 9-10]. É sabido que a principal função do moinho de maré foi sempre a moagem de cereais (Jorge Custódio, «Moinhos de Maré em Portugal. Algumas questões do seu estudo e salvaguarda sob o ponto de vista do património industrial», *I Encontro sobre o Património Industrial, Ictas e Comunicações*, Coimbra, 1989, vol. i, pp. 343-389). A sua utilização pela indústria cerâmica parece ser inédita em Portugal.

(125) Annibal Gomes F. Cabido, *op. cit.*, pp. 15-16.

(126) ADA, Freguesia da Glória, *Baptismos*, liv. 15, fis. 16v.-17.

tornado industrial. Foi sócio fundador do *Clube dos Galitos* ⁽¹²⁷⁾, director da *Filarmónica Aveirense* ⁽¹²⁸⁾, membro efectivo da Direcção da Associação Comercial de Aveiro ⁽¹²⁹⁾, presidente da Direcção do *Recreio Artístico* ⁽¹³⁰⁾.

Escassos meses após ter sido lavrada a escritura de constituição da sociedade a 5 ou 6 de Junho de 1905, saiu a primeira fornada ⁽¹³¹⁾, pois já em Fevereiro desse ano estavam «adiantadas as instalações, incluindo o forno e tanques» ⁽¹³²⁾, e a imprensa local começava a publicar os primeiros anúncios enumerando o rol de produtos ali fabricados: louça de uso comum, louça de fantasia, toda a qualidade de azulejo liso e em alto relevo, etc.

Mas o local onde estava instalada a fábrica impedia o aumento das instalações e estava longe do caminho de ferro, muito embora fosse servida pela ria. Assim, em 1912, João Aleluia adquire um terreno com vivenda na Fonte Nova, que fora de Luís de Melo Guimarães, onde fixou residência ⁽¹³³⁾. Em 1917 transferiu as instalações da sua fábrica para o espaçoso terreno, junto do canal da Fonte Nova. Inicia-se assim uma nova e decisiva fase na vida da empresa. Nos anos 20 deixa de se chamar *Fabrica dos Santos Mártires*, passando a chamar-se, por pouco tempo, *Fabrica Aleluia Louças e Azulejos* e, por fim, *Fábrica Aleluia*. Sem a concorrência da Fábrica da Fonte Nova, a debater-se então com problemas de direcção, esta unidade pode afirmar-se, especializar-se em determinados produtos, quer de construção, quer de decoração. A fábrica, o seu proprietário e os seus dois filhos recebem rasgados encómios de toda a imprensa da Região Centro. A *Gazeta de Coimbra*, em 1929, não lhes poupa elogios: «a louça artística que ali é fabricada conquistou já hoje tal reputação (...) pela beleza da sua modelação ou pela graciosidade dos seus motivos, pela arte que

⁽¹²⁷⁾ *Relatório da Comissão installadora. Exercício de 1904 a 1905, Aveiro, 1906, p. 68.*

⁽¹²⁸⁾ «Musica Nova», *O Povo de Aveiro*, 1903-11-01, p. 2.

⁽¹²⁹⁾ «Associação Comercial», *O Democrata*, 1914-12-18, p. 2.

⁽¹³⁰⁾ «Associações locais», *O Democrata*, 1915-01-15, p. 3.

⁽¹³¹⁾ [Carlos Aleluia], *História da Fábrica Aleluia...*, [p. 9], *O jornal Vitalidade* (n.º 539, 1905-06-10, p. 3) diz ter sido tirada a 1.ª fornada no dia 5 desse mês e ano.

⁽¹³²⁾ *Vitalidade*, n.º 515, 1905-02-25, p. 2.

⁽¹³³⁾ ADA, Aveiro, not. Francisco Marques da Silva, liv. 190, fis. 44-45.

existe na sua pintura [etc.]» (134) ; e enumera os locais onde existem painéis de azulejos Aleluia em Coimbra.

3. CONCLUSÃO

Os censos da população, entre 1864 e 1920, mostram bem o aumento de importância económica das duas freguesias da cidade de Aveiro (Senhora da Glória e Vera Cruz) que, no conjunto das onze do concelho, representavam cerca de um terço da população (135).

1864 — 6 395	32,1 %	1900 — 9 979	40,3%
1878 — 6 852	33,3%	1911 — 11 523	41,0%
1890 — 8 860	37,4%	1920 — 10 357	37,6 %

Naquela primeira data, nessas duas freguesias, contavam-se 86 ocupações profissionais diferentes (136), o que não se passava nas restantes, maioritariamente constituídas por lavradores e/ou pescadores. O elevado número de títulos da imprensa local, maioritariamente editados na cidade, apesar da sua esmagadora maioria ter tido vida efémera, testemunha a importância e o crescimento das duas freguesias referidas, em especial na década de 80 do século passado (137).

1870-1880	1	1900-1910	15
1880-1890	20	1910-1920	37
1890-1900	15	1920-1930	12

As fábricas de cerâmica são parte integrante e dinamizadora desse tímido crescimento inicial que se torna nítido nos primeiros vinte anos deste século, com o aparecimento de novas unidades industriais, e muito evidente nos anos 20.

(134) Citada pel'0 *Democrata*, 1929-03-23, p. 4.

(135) Censos da População dos anos respectivos.

(136) AHMA, *Livro do Recenciamento dos eleitores, e elegíveis deste concelho de Aveiro*, 1846, liv. 1247, fis. 2v.-26.

(137) António Zagalo dos Santos, «Imprensa periódica do distrito de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1943, pp. 122-301. A este arrolamento faltam outros títulos existentes na hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal do Porto: *Actor (O) Errante, Ao Povo, Conquistador, De (O) Aveiro, Primeiro de Maio e Progresso (O)*.

Para o estabelecimento das fábricas de cerâmica em Aveiro jogou um papel decisivo a existência de excelente e abundante matéria-prima e lenha dos pinhais próximos, bem como a proximidade do caminho de ferro ⁽¹³⁸⁾ e da ria, que, durante muito tempo, ocupou um papel importante no escoamento dos produtos, definindo de forma mais precisa a «área económica» de Aveiro ⁽¹³⁹⁾. Contudo, a falta de tradições industriais, a lenta formação do mercado — tradicionalmente consumidor de produtos baratos de má qualidade ⁽¹⁴⁰⁾ —, a dependência dos destinos da agricultura ⁽¹⁴¹⁾, a escassez de capital e crédito em condições vantajosas, a quase inexistência de mão-de-obra especializada são responsáveis pelas modestas dimensões das unidades fabris, no início do século, bem como pelo reduzido número de unidades, quando comparado com Coimbra ⁽¹⁴²⁾, Porto ou Lisboa. Contudo, as suas dimensões, quando comparadas com as restantes unidades do País, permitem integrar as fábricas de Aveiro num grupo que representa 9 a 16 % do total de estabelecimentos cerâmicos em Portugal, em 1917. (Cfr. gráfico em anexo).

Muito recentemente, alguns historiadores, contrariando os pontos de vista tradicionais, têm enfatizado o papel dos empresários no processo de industrialização. De facto, para «a historiografia

⁽¹³⁸⁾ A Cerâmica das Quintas de Duarte Lebre & Companhia (1914), foi montada num terreno confinante com a linha do caminho de ferro e em frente à estação daquela localidade, obtido por troca com outros (ADA, not. André dos Reis, liv. 44, fis. 61-62v.).

⁽¹³⁹⁾ Este conceito refere-se «apenas ao sector industrial». Vide José Amado Mendes, *A Área económica...*, pp. 5-10. «Com uma área de 49 000 hectares, a ria de Aveiro serve a 26 freguesias marginaes, numa superfície repartida por 6 concelhos dependentes dos dois distritos, Aveiro e Coimbra» (Alberto Vidal, «Assuntos regionaes. O Congresso de Aveiro», *O Democrata*, 1913-08-01, p. 2).

⁽¹⁴⁰⁾ Charles Lepierre, *op. cit.*, p. 4.

⁽¹⁴¹⁾ Maria Filomena Ménica, «Capitalistas e industriais (1870-1914)», *Análise Social*, Lisboa, 1987, 3.^a série, vol. xxm, n.º 99, p. 823. Cfr. Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX*, Lisboa, Presença, pp. 51-52.

⁽¹⁴²⁾ Sobre a cerâmica em Coimbra, vide José Amado Mendes, *A área económica...*, pp. 171-183 e, do mesmo Autor, «Cerâmica em Coimbra nos finais do século xix e inícios do século xx (Achegas para o seu estudo)», *A Cerâmica em Coimbra*, Coimbra, 1982, pp. 24-42.

disponível, a «burguesia industrial» permanece um conceito vago, como vago se mantém o seu contributo para a modernização do País»⁽¹⁴³⁾.

«No final do século xix era difícil estabelecer fronteiras entre o industrial e o comerciante»⁽¹⁴⁴⁾. Os industriais da cerâmica em Aveiro provêm, sobretudo, do comércio⁽¹⁴⁵⁾. É aí que, maioritariamente, têm origem os escassos capitais e créditos mínimos para a criação e expansão das fábricas. Os processos de falência das fábricas da Fonte Nova e a restante documentação referida testemunham o que acaba de ser dito. No entanto, individualmente, os maiores créditos pertencem ao Banco de Portugal e à Caixa Económica de Aveiro⁽¹⁴⁶⁾.

No início deste século os capitães da indústria cerâmica são alguns dos trabalhadores especializados mais dotados e empreendedores. No século xix, se exceptuarmos o caso de Jerónimo Pereira Campos, regista-se uma situação consonante com a que se verificava no conjunto do país, em que «um grande número de fábricas foram construídas por gente próspera, frequentemente com for-

⁽¹⁴³⁾ Maria Filomena Monica, *op. cit.*, p. 819. Sobre esta questão ver também J. Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», *Análise Social*, n.º 80, 1984 e José Amado Mendes, Santos Barosa. *Um século de produção vidreira*, no prelo.

⁽¹⁴⁴⁾ Maria Goretti Matias, «Inventário da imprensa patronal: 1850-1970», *Análise Social*, Lisboa, 1989, n.º 99, p. 1020.

⁽¹⁴⁵⁾ Em 1896, a Associação Comercial de Aveiro contava 69 comerciantes e 9 industriais. Além destes, 19 indivíduos são indicados como industriais e comerciantes (*Almanak Aveirense para 1896*, Aveiro, 1896, pp. 31-32). Sobre esta associação, vide José Fernandes de Sousa, «A Associação Comercial de Aveiro. Contributo para uma história de 130 anos», (sep.) *Boletim da Associação Comercial de Aveiro*, Aveiro, 1989, n.º 101.

⁽¹⁴⁶⁾ Esta instituição foi criada em 1858 (João Rodrigues Pinto Brandão, «Instituições em benefício dos operarios nos districtos de Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra e Castello-Branco», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 1909, n.º 27, p. 20; *O Campeão do Vouga*, n.º 620, 1858-05-15, p. 4). «Escusamos notar que uma Caixa Económica não é um banco; que é para os pobres que economizam, e não para capitalistas que depositam contos de réis»; era assim que esta instituição, nos primeiros anos da sua existência, definia os seus objectivos (*O Campeão do Vouga*, n.º 633, 1858-06-30, p. 3). Apesar do evidente carácter mutualista, não se conhece ainda o significado económico da sua actividade, nem o alcance do apoio às actividades artesanais e industriais durante a segunda metade do século xix.

tunas feitas no Brasil» (147). Mas, mesmo mais tarde, assistiremos à formação de sociedades em que os comerciantes desempenharam um papel económico decisivo, quer no financiamento, quer na gestão dessas empresas.

O recurso a variáveis indirectas como a mão-de-obra, área das fábricas, potência instalada, quando disponíveis, revelam que a cerâmica de barro vermelho e de produtos para a construção possuiu sempre maiores dimensões e teve um papel mais decisivo, na mecanização e na criação de um mercado local e na urbanização da cidade (148). As fábricas de faiança, mais dependentes da mão-de-obra especializada, verdadeiras olarias à nascença, nunca necessitaram de muito capital para o seu estabelecimento. Aqui, mais do que nas de barro vermelho, fez-se sentir de forma muito intensa a concorrência local — pelo aliciamento dos pintores e formistas (149) — e a concorrência dos produtos e preços de outras fábricas (150).

As sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, criadas pela Lei de 11 de Abril de 1901, só tardiamente são adoptadas. Predominam as sociedades em nome colectivo. Este tipo de sociedade, «pondo em comum indústria, capital e crédito, associando *solidariamente* nomes e recursos, foi a forma de associação originariamente criada. Mais tarde, para fugir às consequências, por vezes arriscadas, de responderem pelos encargos sociais os patrimónios

(147) Filomena Mónica, *op. cit.*, p. 845.

(148) A partir de 1905-1908 registou-se um notável surto de construção, pormenorizadamente documentado pela imprensa local. «A nossa terra entrou num período de radical transformação, modernizando-se a olhos vistos, e apresentando construções de edifícios publicos e particulares de muito bom gosto e effeito (...)» («Aveiro moderno — novas edificações», *Campeão das Provindas*, 1908-07-25, p. 2).

(149) A *Fábrica de Louça da Fonte Nova* teve de fazer frente à concorrência dos seus ex-trabalhadores fundadores da *Fábrica dos Santos Mártires*. Destas, mais tarde, saíram outros trabalhadores para fundar a *Empresa de Louças e Azulejos* (1919) e a *Empresa Olarias Aveirenses* (1922). «Ninguém criava novos operários, porque nenhum dos fundadores dessas fábricas sabia criá-los» (*História da Fábrica Aleluia...*, [p. 11]). Mesmo outras fábricas, como a *Fábrica de Louça de Sacavém*, faziam publicar anúncios, pedindo pintores (*O Povo de Aveiro*, 1892-11-15, p. 3).

(150) Diversos estabelecimentos comerciais anunciam a chegada de «sortidos de louça de Sacavem de primeira escolha e preços limitadíssimos» (*O Povo de Aveiro*, 1890-11-09, p. 3). Os serviços de louça inglesa, francesa e chinesa eram muito apreciados e procurados.

individuais dos sócios [como aconteceu com os irmãos Melo Guimarães], acentuou-se a tendência de manter em segredo os nomes dos associados e *limitar-lhes as responsabilidades* aos valores por eles prestados. Surgiu assim a sociedade anónima. «(...) As sociedades anónimas que, com os nomes de Bancos de Veneza e Génova, ou companhias das índias dos séculos xvii e xviii, iniciaram as grandes obras de interesse geral, em nossos dias continuadas pelas companhias de caminho de ferro, cabos submarinos, telefones, etc.»⁽¹⁵¹⁾. Só nos anos 20 surgiram as primeiras sociedades anónimas. Os sócios de indústria, proibidos pela lei referida⁽¹⁵²⁾, persistem, na prática, nas sociedades de capital e indústria. Esta situação era consonante com o crescimento que se verificava, de um modo geral, no conjunto do país. Armando de Castro, mostra como, especialmente a partir da segunda e terceira décadas deste século, se forma um número significativo de sociedades⁽¹⁵³⁾. Por outro lado, poucas eram as unidades seguradas e, quando estavam seguras, as apólices não cobriam a totalidade dos bens dessas fábricas.

Os produtos, esquecidos pela historiografia tradicional, são, neste período, de uma enorme diversidade e, esteticamente, de um evidente eclectismo. As fábricas de telha e tijolos produziam uma grande variedade de telhas, tijolos clara-bóias e acessórios decorativos de barro vermelho, como rendilhos, balaústres, cumes, vasos, pinhas, cornucopias e figuras de animais, como cães, gatos, leões, dragões e outros, ainda existentes em muitos telhados na região. A diversidade dos produtos de barro branco é deveras espantosa⁽¹⁵⁴⁾.

⁽¹⁵¹⁾ Adolpho de Azevedo Souto, *Lei das sociedades por quotas. Anotada*, 5.^a ed. rev., Coimbra, 1963, p. 63.

⁽¹⁵²⁾ Artigo 4.º, § 4.º

⁽¹⁵³⁾ «Entre 1900 e 1909 formaram-se apenas 145 [sociedades], ao passo que nos nove anos seguintes nasceram já 761, e entre 1920 e 1929 se formaram 2773. As sociedades anónimas, expressão que traduz melhor do que nenhuma outra a dinâmica de ampliação das empresas do grande capital, por seu turno também surgiram a ritmo acelerado : 26 nos primeiros nove anos do século, 55 entre 1910 e 1919 e 121 nos nove anos imediatos (...)» (Armando de Castro, *A economia portuguesa do século XX (1900-1925)*, Lisboa, 1979, p. 126).

⁽¹⁵⁴⁾ Não é possível, no espaço reduzido deste artigo, dar uma ideia da infindável diversidade de objectos, já inventariados, das fábricas referidas neste estudo.

Dos inúmeros objectos de uso doméstico nas cozinhas, salas, átrios e casas de banho, aos produtos vidrados para a construção, como azulejos e balaústres, das peças decorativas de múltiplas formas e gostos aos painéis de azulejos, é toda uma infindável lista de produtos bem reveladores do gosto do início do século, na formação e difusão do qual as fábricas têm um papel significativo.

As fábricas de louça viram os seus trabalhos — faiança e azulejos — premiados em diversas exposições, e os seus pintores, integrando uma corrente artística ecléctica, produziram obras de grande valor artístico, espalhadas por todo o País, França e Brasil ⁽¹⁵⁵⁾ (* *).

MANUEL FERREIRA RODRIGUES

⁽¹⁵⁵⁾ Manuel Ferreira Rodrigues, «Os painéis de azulejos de Aveiro. Modelos iconográficos e fontes de inspiração dos pintores de azulejos em Aveiro nas primeiras décadas deste século», comunicação apresentada ao Encontro sobre a estética do azulejo, no Palácio Fronteira, em Lisboa (7 e 8 de Abril de 1989), no prelo.

(*) *Agradecimento* — Muitas foram as pessoas que, diversamente, tornaram possível este trabalho. A todas quero manifestar o meu profundo reconhecimento.

Estou grato ao Senhor Prof. Doutor José M. Amado Mendes, pelo carinho e interesse com que o rodeou, pela leitura do original e pelas suas sugestões.

Seria injusto se não referisse, igualmente reconhecido, a inteira disponibilidade, a colaboração empenhada e o estímulo que encontrei no Senhor Dr. Joaquim Peixinho, no Senhor Dr. Albano da Conceição e no meu colega e amigo Dr. Manuel Gonçalves Carvalho.

A N E X O S

1. JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS

Designação: Jerónimo Pereira Campos & Filhos.

1907-01-15

Sociedade em nome colectivo.

Objecto: Exploração da indústria e comércio de olaria e de cerâmica.

Duração: Tempo indeterminado.

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	%	Capital
Jerónimo Pereira Campos	Industrial	Gerente ¹⁾	7.500\$000	50	
Ricardo Pereira Campos	Comerciante		1.875\$000	12,5	
Domingos Pereira Campos	Industrial	Caixa	1.875\$000	12,5	
Henrique Pereira Campos	Industrial		1.875\$000	12,5	
João Pereira Campos	Industrial	Escrituração	1.875\$000	12,5	15 contos

FONTE:

A.D.A., Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 25, fis. 40v.-42v.

1) «Todos são administradores e gerentes da sociedade...», fl. 41.

Designação: Jerónimo Pereira Campos, Filhos.

1911-02-11

Sociedade de responsabilidade ilimitada.

Objecto: Continuação da exploração da antiga sociedade e das operações que digam respeito à indústria de telha do tipo Marselha e produtos correlativos.

Duração: 20 anos

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	%	Capital
Ricardo Pereira Campos	Comerciante	Caixa	7.500\$000	25	
Domingos Pereira Campos	Industrial	Dir. Técnica	7.500\$000	25	
Henrique Pereira Campos	Industrial	Dir. Financ.	7.500\$000	25	
João Pereira Campos	Industrial	Escrit.	7.500\$000	25	30 contos

FONTE:

A.D.A., Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 45, fis. 17v.-21 v.

2. MELO GUIMARÃES & IRMÃOS

Designação: Empresa Cerâmica da Fonte Nova
Sociedade em nome colectivo, solidária e ilimitada.
Objecto: fábrica de telha marselha
Duração : Tempo ilimitado

1903-05-27

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	%	Capital
Carlos da S. Mello Guimarães	Industrial	Gerente ¹⁾	6.000\$000	33.33	
Luís da S. Mello Guimarães	Proprietário	Gerente	6.000\$000	33.33	
António Carlos S. Guimarães	Conservador		6.000\$000	33.33	18 contos ²⁾

FONTE:

A.D.A., Aveiro, not. Albano D. Pinheiro e Silva, liv. 9, fis. 28v.-32.

- 1) Carlos da Silva Melo Guimarães era proprietário da Fábrica de Louça da Fonte Nova, de um estabelecimento comercial e de uma pequena oficina para o fabrico de velas de cera.
- 2) À data da escritura de constituição da sociedade, o capital era apenas 13.500\$000, obtidos por empréstimos.

3. JOÃO ALELUIA & COMPANHIA

Designação: Fábrica de Louça dos Santos Mártires

1905-02 14

Sociedade capital e indústria

Objecto: Fabricação de louça de uso comum e utilidade imediata

Duração: 19 anos

Sócios	Profissões	Funções	Quotas ²⁾	%	Capital
João de Pinho das Neves Aleluia	Artista	Administ. ¹⁾	2.500\$000	20	
Feliciano P. das Neves Aleluia	Artista		2.500\$000	20	
João Bernardo Júnior	Artista		2.500\$000	20	
António de Lima	Artista		2.500\$000	20	
João Gonçalves	Artista		2.500\$000	20	12,5 contos

FONTE:

A.D.A., Aveiro, not. Manuel Cação Gaspar, liv. 34, fis. 6v.-10v.

- 1) «Administrador e Caixa da sociedade» (fl. 9v.). «Confeccionará os regulamentos sobre trabalho interno da fabrica e sobre a forma de cumprimento das condições d'este contracto» (fis. 9v.-10).
- 2) Além das quantias indicadas, cada sócio entrou «com a sua industria e aptidões entre os sócios conhecidos» (fl. 9).

4. FÁBRICA DE LOUÇA DA FONTE NOVA

	1890 a)	1905 b)	1911 c)
Número de trabalhadores	50	47 ¹⁾	26
Analfabetos	23	—	14
Potência instalada	—	8 cv	8 cv
Fornos	3 ²⁾	2 circulares ³⁾	1 circular
Consumo de carvão (t/ano)	—	—	—
Consumo de lenha (t/ano)	—	—	600 t
Consumo de barro (t/ano)	—	—	300 t + 200 t
Origem do barro	—	Horta, Eixo e Coimbra	Aveiro e Coimbra
Valor do mobiliário	—	—	6.000\$000
Valor do imobiliário	—	8.000\$000 ⁴⁾	14.000\$000
Valor da produção	10.000\$000	10-12.000\$000	6.200\$000

FONTES:

- a) *Inquérito Industrial de 7890...*, vol. in, *passim*.
b) *Estudo sobre o estado actual da industria cerâmica...*, pp. 14-19.
c) Aníbal G. Ferreira Cabido, *op. cit.*, pp. 13-14.
- 1) 39 trabalhadores em Agosto de 1908 (*Processo de Contas na fallenda...*, 1911, fis. 69-69V).
 - 2) Além destes havia mais um outro para calcinação.
 - 3) Havia também 3 muflas de sistema alemão.
 - 4) Valor dos utensílios, construções e máquinas na falência em 1908 [*Processo de fallenda...*, fl. 5).

5. JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS

		1905 a)	1911 b)
Número de trabalhadores	—	52	64
Analfabetos	—	—	32
Potência instalada	—	60 cv	60 cv
Fornos	—	1 contínuo	1 contínuo ¹⁾
Consumo de carvão (t/ano)	—	—	300 t
Consumo de lenha (t/ano)	—	—	200 t
Consumo de barro (t/ano)	—	—	7.500 t
Origem do barro	—	Aveiro	Aveiro
Valor do mobiliário	—	—	16.000\$000
Valor do imobiliário	—	—	27.000\$000
Valor da produção	—	15-20.000\$000	18.866\$000

FONTES:

a) *Estudo sobre o estado actual da industria cerâmica...*, pp. 14-19.

b) Aníbal G. Ferreira Cabido, *op. cit.*, pp. 13-14.

1) Sistema Simon com 14 repartimentos ligados entre si por uma conduta central.

6. EMPRESA CERÂMICA DA FONTE NOVA

		1905 a)	1908 b)
Número de trabalhadores	—	19	58
Analfabetos	—	—	—
Potência instalada	—	25 cv	—
Fornos	—	1 contínuo	—
Consumo de carvão (t/ano)	—	—	—
Consumo de lenha (t/ano)	—	—	—
Consumo de barro (t/ano)	—	—	—
Origem do barro	—	—	—
Valor do mobiliário	—	—	—
Valor do imobiliário	—	—	22.167\$385 1)
Valor da produção	—	—	—

FONTES:

- a) *Estudo sobre o estado actual da industria cerâmica...*, pp. 14-19.
b) *Processo de fullenda...*, fl. 3v.; *Processo de Contas*, 1911, fis. 11-12.
1) «Valor da Fabrica (instalações e machimismos) pelo capital dispendido desde a fundação».

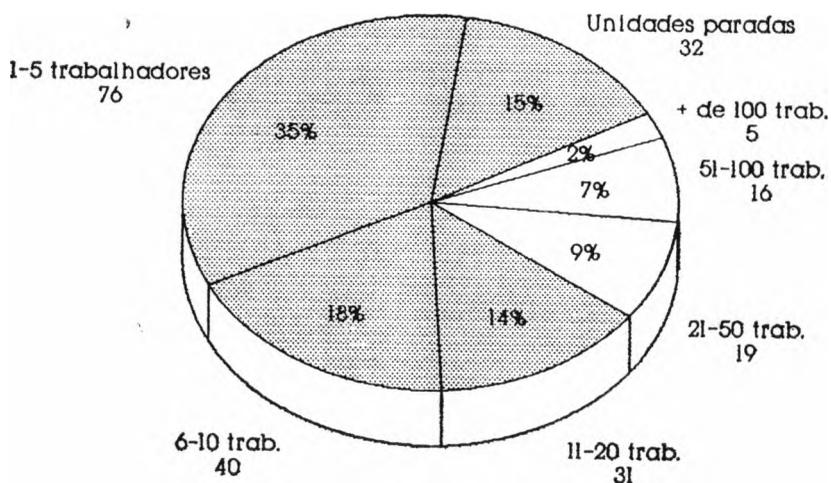
7. FÁBRICA DE LOUÇA DOS SANTOS MÁRTIRES

	1908 a)	1911 b)	1915 c)
Número de trabalhadores	19	14	—
Analfabetos	—	6	—
Potência instalada	—	—	—
Fornos	—	1 intermitente	—
Consumo de carvão (t/ano)	—	—	—
Consumo de lenha (t/ano)	—	160 t	—
Consumo de barro (t/ano)	—	40 t + 13 t	—
Origem do barro	—	Coimbra e Aveiro 1)	—
Valor do mobiliário	—	950\$000	—
Valor do imobiliário	—	—	618\$70
Valor da produção	—	± 4.300\$000	6.000\$00

FONTES:

- a) *Historia da Fábrica Aleluia...*, [p. 6].
b) Aníbal G. Ferreira Cabido, *op. cit*pp. 15-16.
1) A areia era proveniente de Soure.

UNIDADES CERÂMICAS E MÃO-DE-OBRA
PORTUGAL CONTINENTAL - 1917



FONTE:

‘Estatística Industrial. Ano de 1917*, *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 1926, n.º 116, p. 2.